

Repad

Revista Estudos e
Pesquisas em Administração

v. 7, n. 2, Maio-Agosto/2023



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)



UFMT

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NO ENSINO MÉDIO COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO ENDIVIDAMENTO JUVENIL

Eduardo Miato Cardoso
eduardomiato9@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-2565-9295>
<http://lattes.cnpq.br/2847289354812164>
Centro Universitário Serra dos Órgãos
São José do Vale do Rio Preto - RJ

RESUMO

O cenário global encontra-se em uma fase econômica acelerada e como resultado, no cenário econômico nacional não é diferente. Nos últimos anos, uma situação pode ser observada no Brasil: o aumento significativo de participação dos jovens na economia, por meio do aumento do poder de compra após a conclusão da última etapa da educação básica. Porém, este fator tem provocado um efeito colateral nos jovens: o endividamento financeiro. Tal situação pode ser justificada pela falta de conhecimento mínimo sobre educação financeira. O objetivo deste estudo é analisar qual é o efeito da falta de educação financeira e orçamentária no ensino médio e na vulnerabilidade financeira que leva ao endividamento dos jovens. Esta pesquisa apresenta conceitos de economia, endividamento e a legislação vigente para contextualizar e fundamentar o estudo e, por conseguinte, a realização de uma análise dos mapas de endividamento do Serasa dos anos de 2021 a 2023 que mostra como resultado um alerta: os jovens estão em rota de colisão. A Geração Z, não consegue administrar a si mesma, e suas principais esperanças estão em uma grade escolar ainda inexistente. Portanto, há uma necessidade imediata da inserção da educação financeira como matéria obrigatória na grade comum curricular das escolas para mudança deste cenário de inadimplência.

PALAVRAS-CHAVE: Administração; Educação Financeira; Inadimplência; Endividamento.

FINANCIAL AND BUDGETARY ADMINISTRATION AS A TOOL IN HIGH SCHOOL TO COMBAT YOUTH DEBT

ABSTRACT

The global scenario is in an accelerated economic phase and, as a result, the national economic scenario is no different. In recent years, a situation can be observed in Brazil: the significant increase in the participation of young people in the economy, through the increase in purchasing power after completing the last stage of basic education. However, this factor has had a side effect on young people: financial indebtedness. This situation can be justified by the lack of minimal knowledge about financial education. The objective of this study is to analyze the effect of the lack of financial and budget education in high school and the financial vulnerability that leads to youth indebtedness. This research

presents concepts of economy, indebtedness and current legislation to contextualize and support the study and, therefore, to carry out an analysis of Serasa's indebtedness maps from 2021 to 2023, which shows an alert as a result: young people are on a collision course. Generation Z, cannot manage itself, and its main hopes are in a still non-existent school grid. Therefore, there is an immediate need to include financial education as a mandatory subject in the common curriculum of schools to change this default scenario.

KEYWORDS: Administration; Financial Education; Non-payment; indebtedness.

LA ADMINISTRACIÓN FINANCIERA Y PRESUPUESTARIA EN ESCUELAS SECUNDARIAS COMO HERRAMIENTA PARA COMBATIR EL ENDEUDAMIENTO JUVENIL

RESUMEN

El escenario mundial se encuentra en una fase económica acelerada y, en consecuencia, el escenario económico nacional no es diferente. En los últimos años, se puede observar una situación en Brasil: el aumento significativo de la participación de los jóvenes en la economía, a través del aumento del poder adquisitivo después de completar la última etapa de la educación básica. Sin embargo, este factor ha tenido un efecto secundario en los jóvenes: el endeudamiento económico. Esta situación se puede justificar por la falta de conocimientos mínimos sobre educación financiera. El objetivo de este estudio es analizar el efecto de la falta de educación financiera y presupuestaria en la escuela secundaria y la vulnerabilidad financiera que conduce al endeudamiento de los jóvenes. Esta investigación presenta conceptos de economía, endeudamiento y legislación vigente para contextualizar y sustentar el estudio y, por lo tanto, realizar un análisis de los mapas de endeudamiento de Serasa de 2021 a 2023, que arroja como resultado una alerta: los jóvenes van en rumbo de colisión. La Generación Z, no puede valerse por sí misma, y sus principales esperanzas están en una grilla escolar aún inexistente. Por lo tanto, existe una necesidad inmediata de incluir la educación financiera como materia obligatoria en el currículo común de las escuelas para cambiar este escenario predeterminado.

Palabras clave: Administración; Educación financiera; Por defecto; endeudamiento.

Submetido: 14/03/2023

Revisões Requeridas: 31/07/2023

Aceito: 16/08/2023

Publicado: 31/08/2023

1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira (EF) é um tema relativamente novo no Brasil. Hill (2009) o define como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de vida. Segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018), diariamente as pessoas são confrontadas com situações que de alguma forma exigem conhecimentos financeiros. Dessa forma, tal ensinamento de gestão de finanças é visto como o processo pelo qual os indivíduos melhoram a compreensão dos conceitos a respeito dos produtos financeiros, de modo que com informação e orientação, adquirem as competências necessárias para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos envolvidos ao fazer escolhas (OECD, 2005).

A prática de educação financeira deveria ter origem na família e seu ensinamento ter início em casa desde os primeiros anos de vida da criança, até o seu crescimento, através da mesada e do dinheiro para o lanche, pois os ensinamentos familiares são ordenados em estruturas que perduram ao longo de muito tempo, mesmo ainda que sofra oscilações de influência. Porém, exigir tal responsabilidade de ensino da família causa uma vulnerabilidade econômica onde se identifica uma urgência social, tendo vista possuírem necessidades urgentes como alimentação, saneamento básico e vestuário, que ocupam o primeiro lugar, fazendo com que não encontrem meios e nem se sintam seguras de entrarem em um sistema financeiro formal e não é devido a isso que não precisam de tais conhecimentos, ao contrário, devem ser priorizadas de modo a converter sua realidade econômica (BADER E SAVÓIA, 2013).

Para Barros (2010), “a tensão entre o desejo de ascensão social e profissional a partir do aumento de grau de escolaridade e a manutenção de padrões socioculturais [...] se apresenta como uma entre as múltiplas e diferenciadas experiências de transição para a vida adulta”. Conforme elucidado pelo autor, a solução para ter uma mudança de cenário da falta de conhecimentos no que tange ao mundo financeiro, de modo que os jovens possam promover mudanças na estrutura de sua família presente e constituição de uma nova família futura em questões financeiras, é ser lhes proporcionado uma base educacional sólida. Ora, esse ensinamento não tem sido repassado pelas instituições de ensino brasileira?

Embora a grande necessidade da inclusão do ensino de educação financeira como disciplina obrigatória, principalmente no ensino médio, última fase da educação básica, de modo a preparar tais jovens para o mercado financeiro, nota-se que esse ensino tem sido ausente. Somente em 22 de dezembro de 2010 foi instituída por decreto presidencial n.º 7.397 a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), que tem como objetivos: promover a educação financeira e previdenciária e aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos, contudo, tal projeto não trouxe a inserção do assunto na grade curricular das escolas, mantendo os jovens em deficit de inclusão do tema.(BRASIL, 2010).

Até então, as políticas públicas e diretrizes do Ministério da Educação - MEC não incluem a educação financeira como requisito necessário para o desenvolvimento da população na sua vida adulta e isso causa um grande prejuízo na vida dos jovens, pressupondo que a base multidisciplinar adquirida durante a vida escolar seja suficiente para que todos tenham conhecimento e habilidade para administrar seus rendimentos e despesas, se tornando contraditório, ao observar o crescente número de endividamentos no Brasil (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Uma pesquisa realizada pelo SERASA, mostrou o cenário de endividamento no país e revelou que dentre os altos números de inadimplentes, uma parcela de 12,4% é correspondente a tão popular Geração Z, classificada por jovens de 18 a 25 anos. Vale ressaltar que 9% dos entrevistados pelo órgão de Centralização de Serviços dos Bancos alegam estar em tal situação de dívida por não ter conhecimento financeiro (SERASA, 2023).

Os fatores motivadores deste estudo justificam-se dada à relevância da temática que envolve a educação financeira na educação básica, uma vez que os jovens têm as suas vidas afetadas pela falta de conhecimento que esperam conseguir nas escolas e colégios e também por tratar-se de um tema atual nos meios governamentais e acadêmicos. Logo, o estudo sustenta-se sobre a seguinte questão: qual é o efeito da falta de educação

financeira no ensino médio e na vulnerabilidade financeira que leva ao endividamento dos jovens?

A presente pesquisa não almeja esgotar todas as implicações que envolvem, mas contribuir para o fomento de estudos acerca das teorias citadas, principalmente ao demonstrar a relação da educação financeira na propensão ao endividamento e seus antecedentes. Ademais, com os resultados encontrados poderão ser desenvolvidas ações visando a construção de técnicas que auxiliem os jovens no controle eficaz de seus recursos financeiros até que a solução definitiva seja tomada por parte do governo na inserção do estudo nas escolas.

O texto fica, portanto, apresentado na seguinte estrutura: 1) esta Introdução ao tema, aqui exposta, onde se ressalta a importância e a relevância do estudo; 2) apresentação do Referencial Teórico; 3) descrição dos métodos utilizados para compor o estudo; 4) Discussão dos resultados, onde os mesmos são mostrados e analisados; 5) Considerações Finais, onde foi feita observações adicionais sobre percepções da pesquisa, além da indicação de possíveis caminhos a percorrer e; referências, com a apresentação dos textos e dos autores pesquisados neste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico tem como base de análise e fundamentação para a elaboração de resultado dois pilares. São eles: a) Importância da educação financeira, que abordará a sua relevância no ensino; e, b) Como a educação financeira é realizada no Brasil, que apresentará a forma que este estudo está sendo inseridos nas escolas e colégios.

2.1 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O tema educação financeira ganha um cenário de destaque ao longo dos anos e despertado a atenção dos governos, instituições financeiras, organizações não governamentais e acadêmica. Por definição de educação financeira, Hill (2009, p. 25) afirma que é:

a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de vida, por isso, é compreendida como as competências adquiridas pelos indivíduos para compreender os conceitos financeiros básicos e para saber como e onde encontrar as informações apropriadas, e como usá-las.

Uma boa administração financeira tem origem na família e se inicia o seu ensinamento em casa desde os primeiros anos de vida, porque “é importante que elas saibam o valor do dinheiro em relação ao trabalho e o consumo deve vir após as necessidades básicas” (D'Aquino & Cerbasi, 2008, p. 16). O ideal seria que fosse desenvolvido nos lares começando na infância, desde a mesada dos pais, o presente de natal em dinheiro do avô, e até mesmo compra do lanche na cantina da escola, pois nossas relações com as finanças pessoais estão muito ligadas à nossa estrutura familiar.

Neste panorama, é necessário esclarecer com maior precisão como essas gerações se interagem e comunicam. Segundo Scott (2010, p. 253), “gerações históricas são percebidas pelas perspectivas de tempos em transformação; e gerações de parentesco e de família são ordenadas em estruturas que perduram, mesmo se sujeitas a oscilações”. O exemplo em casa para a estabilidade financeira pessoal mostra-se

como um grande aliado na construção de indivíduos com racionalidade de gastos e filosofia de poupança.

Contudo, os cenários ficam desiguais educacionalmente quando se trata de pessoas e famílias que vivem em situação de miséria ou de muita dificuldade financeira, sendo praticamente impossível esse ensino, devido as suas limitações de recursos. Tal fator não pode ser um limitador a fazer com que uma classe social esteja fadada à ausência do meio educacional, ao contrário, deve ser priorizada de modo a converter sua realidade econômica.

Tais fatos se confirmam no pensamento de Bader e Savóia (2013, p. 21):

pessoas e famílias que vivem em situação de miséria acabam apresentando tamanhas necessidades urgentes – tais como alimentação, saneamento básico, habitação, mínimo de infraestrutura – que as suas necessidades de inclusão financeira ficam em segundo plano. Nesse caso, é possível, até mesmo, que haja receio e sensação de insegurança em entrar no sistema financeiro formal, por falta de conhecimento e de confiança em um sistema no qual, muitas vezes, não há contato físico com o dinheiro. Neste cenário, educação financeira é absolutamente indispensável.

Por conseguinte, consoante o elucidado pelos autores, a partir do momento em que uma criança conseguir receber uma educação financeira que não é possível receber em seu lar, ela estará apta a quebrar o paradigma de sua casa, influenciando-a com seus aprendizados adquiridos e essa nova forma de visão financeira passará a mudar a futura família que constituir, criando uma geração com maior controle financeiro de seus ganhos e despesas. Dessa forma, a solução para mudar essa situação de falta de conhecimentos no que tange ao mundo financeiro, os jovens precisam ter uma base educacional sólida para que a estrutura de sua família presente e constituição de uma nova família futura mude.

Entretanto, no Brasil ainda não se verifica uma forma de educação relacionada a controle pessoal financeiro que esteja integrada aos currículos escolares. Porém, observam-se avanços, como, por exemplo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira, instituída pelo decreto nº. 7.397/2010, na qual se identifica uma política pública que visa promover a educação financeira e previdenciária, aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos e contribuir para a eficiência e a solidez do mercado financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização, fazendo com que ao término do ciclo básico de educação, esses jovens estejam preparados para serem inseridos no mercado financeiro e terem maior controle de decisões que tomarem (BRASIL, 2010).

Tal medida foi criada como resposta ao crescente número de inadimplência no Brasil. E o cenário atual não difere, jovens com enormes dificuldades em administrar seu orçamento, suas dívidas e adquirir bens, além dos fatores estruturais, macro e microeconômicos que contribui para a inadimplência e endividamento (MACEDO JR., 2007) e isso, está vinculado ao acesso facilitado da oferta de crédito, da evolução e da complexidade dos produtos e serviços financeiros (AUGUSTINIS, COSTA, & BARROS, 2012). Diante dessas limitações, as evidências são de que os indivíduos com maior nível de conhecimento tendem a ter um comportamento financeiro mais responsável, ao demonstrarem uma maior capacidade de realizar orçamento pessoal, poupar e planejar seus gastos. Evitando que ao entrar no mercado financeiro se percam

em seus gastos e acabem entrando no cadastro de inadimplentes. (LUSARDI & MITCHELL, 2010; AUGUSTINIS, COSTA, & BARROS, 2012).

Alguns dos principais benefícios que a educação de administração financeira pode proporcionar, serão:



Figura 1 – Benefícios educação financeira e orçamentária
Fonte: Aatoria (2023).

2.2 COMO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA É REALIZADA NO BRASIL

30

A preocupação com a educação financeira vem crescendo em todo o mundo, abrindo-se espaços crescentes para estudos sobre o tema. Não existe uma unanimidade que essas ações tenham um alto grau de aceitação e penetração em todas as classes e fatias da sociedade, porém, é indiscutível que o assunto não pode ser abandonado ou negligenciado no planejamento público e privado para a sociedade (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Por meio da análise da grade escolar da educação básica (ensino fundamental, ensino médio e técnico), nota-se a ausência de qualquer tema ou matéria relacionado à educação financeira pessoal. Até agora, as políticas públicas e diretrizes do MEC não incluem a educação financeira como requisito necessário para o desenvolvimento da população na sua vida adulta e isso causa um grande prejuízo na vida dos jovens, pressupondo que a base multidisciplinar adquirida durante a vida escolar seja suficiente para que todos tenham conhecimento e habilidade para administrar seus rendimentos e despesas (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Segundo Banco Central do Brasil (2013), o Governo Federal Brasileiro instituiu por meio do decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, a ENEF, cuja finalidade é promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País. Tal iniciativa foi renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, cuja motivação é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que auxiliem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. A nova ENEF reúne representantes de 8 órgãos e entidades governamentais, que juntos integram o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF.

Porém, tais iniciativas não fazem com que os alunos, inclusive do ensino médio, que estão perto de iniciar sua jornada em direção à vida adulta, tenham em sua grade

curricular uma matéria exclusiva e obrigatória que ensine as noções e conceitos de educação financeira. Tendo apenas os programas transversais que incluem o assunto em outras matérias, que o resultado é o baixo aproveitamento e eficácia do assunto.

Em consonância com o supracitado, Saito, Savoia e Petroni (2006, p. 7) afirmam que o currículo escolar não prevê a:

[...] obrigatoriedade da Educação Financeira no sistema de ensino, o Ministério da Educação (MEC) elenca um conjunto de parâmetros e de orientações, focados na contextualização do ensino, de forma que os alunos sejam submetidos a um processo de aprendizagem apoiado no desenvolvimento de competências para sua inserção na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade, e o incentivo do raciocínio e da capacidade de aprender. Dentre estas recomendações e parâmetros, podem ser destacados os aspectos relacionados ao ensino de matemática que deveria oferecer, segundo o MEC (2000 a.2000b): -Capacidade de leitura e interpretação de textos com informações, apresentadas em linguagem matemática, de artigos com conteúdo econômico; -Habilidade de analisar e julgar os cálculos envolvidos nos juros das vendas a prazo, e nas probabilidades de sorteios ou de loterias; - Compreensão de que a matemática se relaciona com demais campos de conhecimento, como a Economia, além de utilizá-la para promover ações de defesa de seus direitos como consumidor. Estas orientações acima são consequências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.384/96), mas não demonstram explicitamente a preocupação do MEC com a inserção da Educação Financeira no ensino.

Tendo em vista tal demanda, em 17 de outubro de 2021, o MEC, em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), lançou o Programa Educação Financeira nas Escolas. A iniciativa visa capacitar professores das redes pública e privada de todo o Brasil, oferecendo formação gratuita sobre educação financeira para que a mesma seja incluída em sala de aula, porém a iniciativa de ter professores especializados em disciplinas independentes e obrigatórias continua longe de acontecer (BRASIL, 2022).

Grando e Schneider (2011), insistem no importante papel das escolas na preparação dos alunos para a vida financeira adulta. A valorização desse tema nos currículos escolares certamente podem evitar a inserção de mais pessoas na lista do endividamento, além de tornar os cidadãos economicamente responsáveis. E para mudar a situação, o ideal seria começar com a inserção do conhecimento no ensino médio, para preparar os jovens que já estão finalizando o seu ciclo básico de educação, de modo que tenham uma noção mínima para iniciar a correção educacional e reversão do quadro de endividamento, até que o estudo seja inserido na educação fundamental das crianças e o ensino comece na base.

À luz do incentivo educacional, Savoia, Saito e Santana (2007) propuseram uma série de ações para inserção da EF no Brasil, dentre elas: inserir a educação financeira nos programas de todos os níveis de ensino; incentivar a cultura de poupança na população; e desenvolver os conceitos de crédito, investimento e consumo por meio de escolas, universidades, mídia e outros setores.

Neste panorama, a educação financeira se torna indispensável, pois dentro desse ambiente, escolhas ruins podem gerar altos gastos com juros e taxas em relação aos ganhos que navegam em patamares muito mais baixos. A introdução desse conhecimento deve ser feita com a maior brevidade possível, seja no interior das escolas ou no interior das residências de famílias brasileiras. Somente com uma população atuante no mercado financeiro e atento aos movimentos da economia nacional os ventos que movem a economia nacional se manterão favoráveis.

3 METODOLOGIA

O presente estudo se trata de uma revisão integrativa, definida como aquela que condensa pesquisas anteriores, trazendo conclusões globais de um corpo de literatura específica, permitindo a construção de análise ampla e contribui para discussões sobre métodos e resultados de pesquisa. Optou-se por esse método por permitir uma análise de estudos com delineamento metodológico diversos, com grande potencial em desempenhar um importante papel, na prática de pesquisa (POLIT & BECK, 2006).

Para atingir o objetivo estabelecido, a pesquisa realizada tem como caráter predominante, a pesquisa exploratória de caráter qualitativo, de acordo com Farias Filho e Arruda Filho (2013) a pesquisa qualitativa, provem de uma visão entre o mundo real e o pesquisador, interpretar os fenômenos e atribuir significados a eles são os principais pontos nesse tipo de pesquisa, pois proporcionará mais informações sobre o assunto a ser tratado, possibilitando maior definição e delineamento.

Foram percorridas fases para a elaboração deste estudo como a elaboração da pergunta norteadora, busca na literatura, coleta de dados, análise dos achados. Foi usado para análise os dados estatísticos de todos os mapas de endividamento das Pesquisa Endividamento realizadas e publicadas pela Serasa que teve início em maio de 2021 até junho de 2023, período de termino das análises deste estudo e, consecutivamente feito, discussão dos resultados e apresentação da vigente pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 O IMPACTO EDUCACIONAL ATRAVÉS DE PESQUISAS DO SERASA

Em maio de 2021, o SERASA, mostrou uma pesquisa do cenário de endividamento no país e revelou que parcela dos entrevistados inadimplentes foram jovens de até 25 anos, representando uma parcela de 12,4%. A pesquisa ainda revelou que das pessoas que conseguiram negociar suas dívidas, somente 20% são representados por jovens de 18 a 25 anos (SERASA, 2023).

Concomitante a isto, uma pesquisa mais preocupante realizada também pelo SERASA, em parceria com a OPINION BOX, divulgou no ano de 2021 seu levantamento anual sobre o perfil do brasileiro endividado. A pesquisa analisou o endividamento nos últimos 12 meses e contou com a participação de 6.646 pessoas entrevistadas no período de 04/10/2021 a 14/10/2021. Tratando as informações para a finalidade da vigente pesquisa, 25% das pessoas entrevistadas foram jovens de 18 a 30 anos (SERASA, 2023).

A pesquisa revelou que 9% dos entrevistados afirmam que o motivo de estarem endividadas é por não terem controle de seus gastos. Ademais, foi analisado o motivo dos endividamentos, tendo por principais, gastos em cartão de crédito e lojas. Abaixo será mostrado mediante as imagens o percentual da participação dos

jovens de até 30 anos em cada motivo (SERASA, 2023).

1º LUGAR - CARTÃO DE CRÉDITO

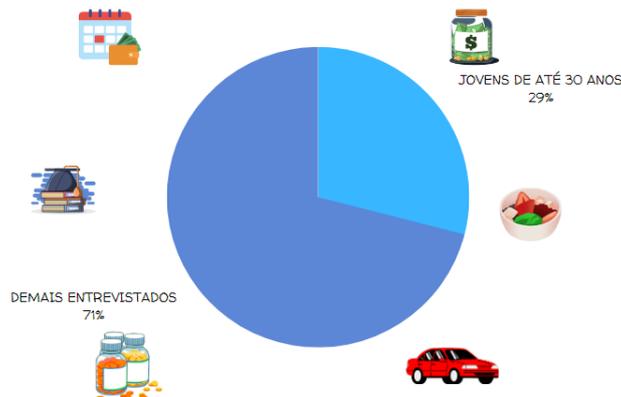


Figura 2 – 1º lugar em gastos - SERASA

Fonte: Aatoria (2023).

2º LUGAR - LOJAS

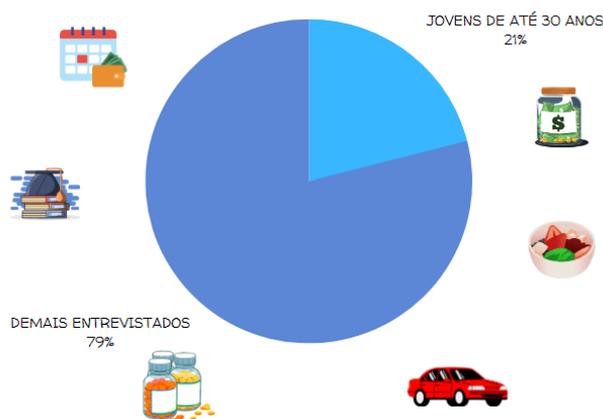


Figura 3 – 2º lugar em gastos - SERASA

Fonte: Aatoria (2023).

É notório, a relevância do crescente percentual de jovens no índice de endividados, mostrando ainda motivos com percentual considerável que se deve à falta de controle de seus gastos. Vale ressaltar que independente dos outros motivos, tal motivo expresso é a base para que a maioria dos outros se desenvolvam, pois quando é ensinado aos jovens noções básicas de educação financeira na construção da sua base educacional, isso faz com que aprendam aonde devem destinar seus gastos e, além disso, ter conhecimento de diversos fatores atrelados aos seus gastos, como juros, inflação e valor do dinheiro ao longo do tempo, principalmente para jovens com baixas condições financeiras.

Vale ressaltar que as ausências de tais conhecimentos estão diretamente ligadas aos principais meios de gastos que são: cartão de crédito e lojas. Apesar de ser usado para diversas emergências, o uso do cartão de crédito e a compra em loja, quando se trata de jovens, os mesmos estão diretamente ligados em sua maioria a gastos banais relacionados ao consumismo e ignorância educacional. Além disso, segundo a pesquisa “Vivendo 80 semanas na vida do jovem brasileiro” da Agência B2 (2014), 24% dos jovens brasileiros tem o perfil compulsivo de consumo. Outro dado da mesma pesquisa é que apenas 60% tem a preferência por pagar suas compras à vista, o restante tem por

opção outras diversas maneiras de crédito na hora de praticar o consumo (CABRAL BRAZ, 2019).

Todavia, um jovem com uma base sólida, sendo educado e preparado com conhecimentos de conceitos e práticas de educação financeira aderidos à base curricular da etapa final da educação básica, tende a mudar todo esse cenário de endividamento na juventude e futuramente na classe adulta, até mesmo porque jovens educados e disciplinados hoje, serão os adultos de sucesso financeiro no futuro.

Por conseguinte, esse efeito cascata da falta de conhecimento financeiro voltou como esperado no ano de 2022, contudo, em proporções ainda maiores. O levantamento de agosto de 2022 da Serasa Experian mostra que inadimplência atinge recorde de 68 milhões de pessoas. Em relação à faixa etária, a geração Z, formada por jovens de até 25 anos, representa 22% do total e, por conseguinte, consumidores de 30 a 40 anos lideraram com 30% (JANONE; ARAÚJO, 2022).

Os dados apontam também que a faixa etária mais jovem (18 a 25 anos) foi a que mais cresceu em inadimplência na comparação entre maio de 2021 e maio de 2022. A alta foi de 10,75%, passando de 7,73 milhões para 8,56 milhões de negativados como demonstra a Figura 4, com os dados extraídos das pesquisas do Serasa do período supracitado, demonstrando o crescimento da participação juvenil neste cenário de crise (SERASA, 2023).

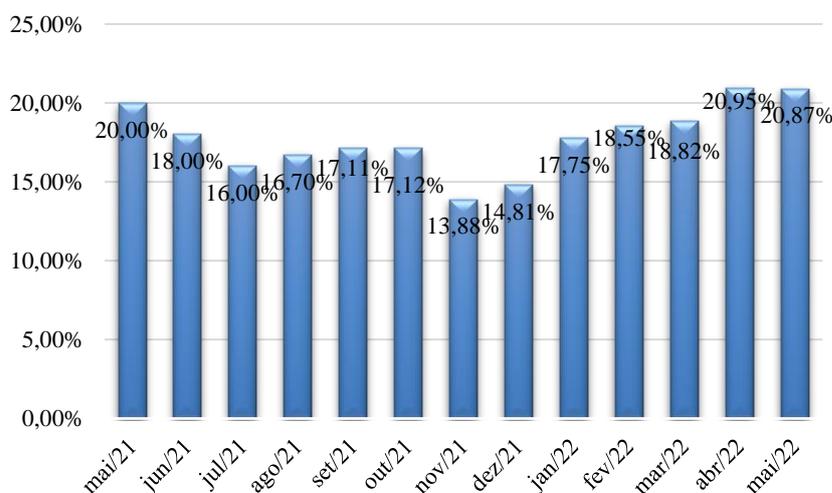


Figura 4 – Endividamento de jovens de 18 a 25 anos - 2021 a 2022
Fonte: Aatoria (2023).

Tendo em vista o cenário de aumento do cenário exposto e do recorde de agosto/2022, Luiz Rabi, economista da Serasa Experian, afirma que a alta de negativados não surpreende, “é um cenário esperado, uma vez que a situação econômica do país ainda é de muita instabilidade, com a inflação, taxa de juros e os níveis de desemprego em alta”, afirma o especialista (CORSINI; ARAÚJO, 2022).

O que contradiz os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) que demonstra um crescente número de novos empregos no Brasil em agosto de 2022, quando o levantamento do Serasa foi realizado, como expõe

a Tabela 1, com os dados do Governo Federal através do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) (BRASIL, 2023).

Tabela 1: Acumulado do ano de 2022 até o mês de agosto

ADMISSÕES	15.653.839
DESLIGAMENTOS	13.800.541
NOVAS POSTOS DE TRABALHO	1.853.298
VARIAÇÃO %	4,56

Fonte: Aatoria (2023).

Ademais, até o final do ano em questão as novas oportunidades de emprego continuaram a crescer como mostra a Tabela 2, com os dados do Governo Federal através do PDET. (BRASIL, 2023)

Tabela 2: Acumulado do ano de 2022 até dezembro

ADMISSÕES	22.648.395
DESLIGAMENTOS	20.610.413
NOVAS POSTOS DE TRABALHO	2.037.982
VARIAÇÃO %	5,01

Fonte: Aatoria (2023).

Por conseguinte, análise do mapa de inadimplência no Brasil divulgada em dezembro do mesmo ano, 2022, os números continuaram crescendo, com uma alta de mais de 1,5%, atingindo o valor de 69,43 milhões de pessoas que não conseguiram honrar com suas dívidas. O que diferencia da pesquisa analisada de agosto do mesmo ano é que na pesquisa de dezembro o número de jovens de até 25 anos diminuiu para 12,5% do total de pessoas. Tal queda pode ser justificada a baixa inserção de novos jovens no cadastro de devedores, uma vez que houve a queda de renegociação de dívidas, o que não justifica tal cenário. Em agosto, o número era de 21,52% e, em dezembro caiu para 16,12% os jovens que optaram pela renegociação de dívidas. (SERASA, 2023)

Ressalta-se que as dívidas que mais representam as pessoas estarem nesse cenário são as dívidas de cartão de crédito que passaram a representar 28,70%, seguido das utilidades básicas que representa 22,25% (SERASA, 2023). O que cabe trazer o pensamento de Pedro Lima, economista, que diz a respeito do consumo descontrolado e irresponsável por parte dos jovens ao afirmar que:

a relação entre essa falta de conhecimento sobre questões financeiras e o alto índice de inadimplência no público jovem não é mera coincidência. Muitas vezes acompanhada de maus exemplos na infância, do acesso ao crédito facilitado e da novidade de administrar o próprio orçamento, a dificuldade de organizar as finanças acaba levando os jovens a serem mais vulneráveis ao endividamento (MEU ACERTO, 2023).

Por fim, a última análise de dados deste estudo é referente a síntese dos levantamentos de dados realizado também pelo Serasa ao longo de janeiro a junho de 2023. Em primeiro plano vale ressaltar, que o nível de endividamento bateu novo

recorde em maio, atingindo 71,90 milhões de pessoas, uma variação de 3,56% a mais que o mês de dezembro do ano de 2022. A maioria alegam não terem conhecimento algum de controle de seus gastos.

Ainda com relação aos seis primeiros meses de 2023, os jovens da Geração Z representaram uma média de 29,17% do total de inadimplentes das pesquisas, acarretando em um novo aumento descontrolado que podia ser freado pela educação financeira, através da “difusão e expansão de conhecimentos de Educação Financeira que certamente atuam positivamente, facilitando processos de entendimento e pagamento de dívidas”, como afirma Valéria Meirelles, Psicóloga do Dinheiro (SERASA, 2023).

Vale ressaltar que tal cenário mais uma vez não está ligado ao índice de desemprego, pois no primeiro semestre de 2023 o Brasil fechou com um saldo positivo de 1.023.540 milhão de empregos formais criados, como mostra a Tabela 3, com os dados do Governo Federal através do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) (BRASIL, 2023).

Tabela 3: Acumulado do primeiro semestre de 2023

ADMISSÕES	11.907.777
DESLIGAMENTOS	10.885.237
NOVAS POSTOS DE TRABALHO	1.023.540
VARIAÇÃO %	2,41

Fonte: Autoria (2023).

Em suma, na figura 5 será demonstrado de modo simplificado os resultados das pesquisas expostas com relação à representatividade de jovens no cenário de cadastro de devedores divulgados pelo Serasa e suas respectivas renegociações no período de janeiro a junho de 2023.

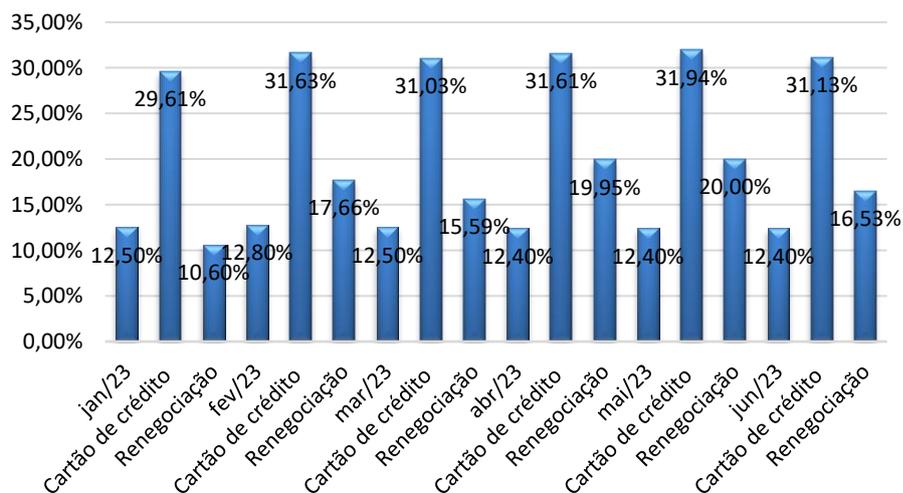


Figura 5 – Endividamento de jovens de 18 a 25 anos - 2023

Fonte: Autoria (2023).

Conforme exposto, os índices de endividamento juvenil pela falta de educação financeira na grade curricular como matéria obrigatória ocasiona os crescentes índices

de endividamento no país ao longo dos anos, com recorde em agosto de 2022, onde os jovens ocuparão 22% do total de inadimplentes, seguido da queda de renegociações de dívidas, onde o índice chegou a 12,5% em dezembro de 2022. Evidenciando, desta maneira, que “adotar decisões de crédito, investimento, proteção, consumo e planejamento que proporcionem uma vida financeira mais sustentável gera impactos não só na vida de cada um, como também no futuro do nosso país”, reforçando a ideia de que os funcionamentos do país dependem das opções individuais de cada cidadão, inclusive dos jovens (BRASIL, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe trazer a conclusão a luz da pergunta que objetivou o estudo: qual é o efeito da falta de educação financeira no ensino médio e na vulnerabilidade financeira que leva ao endividamento dos jovens? E, após a análise de mapas de endividamento do Brasil apresentado pela Serasa, empresa privada que se consolidou como uma referência em análises e informações para decisões de crédito, chegou se a conclusão de que os jovens estão em uma rota de colisão, seguidos por um rastro de dívidas que só cresce no país, acompanhado do crescimento em igual proporção de suas respectivas participações neste cenário.

A única saída para mudança é a inserção da disciplina de educação financeira na grade escolar obrigatória, inserida na base comum curricular, coisa que ainda é inexistente. Psicólogos, economistas e escritores alegam que a educação financeira é a única forma de mudança, uma vez que a maioria das famílias não possui ferramentas para transmitir tal conhecimento e a educação através dos jovens poderia inclusive mudar essa falta de conhecimento familiar e consecutivamente mudanças na economia do país, uma vez que o funcionamento do mercado e do país dependem das opções individuais.

Dessa forma, para haver a mudança de tal quadro, é essencial promover educação financeira, garantindo os entendimentos sobre planejamento, consumo, fluxo de caixa, juros compostos, carências, taxas e parcelamentos, coeficientes de financiamento em todo espaço educacional, tendo um ganho significativo não somente na estrutura da renda familiar, mas também no mercado que se tornará competitivo com qualidade nos serviços e produtos, ou seja, um fortalecimento ao ciclo produtivo do país. (JUNIOR; CLARO, 2013)

As atividades financeiras realizadas hoje deveriam ser precedidas de uma boa Educação Financeira por parte do cidadão, de forma que este não simplesmente conheça apenas o algebrismo de cada operação, mas algo mais amplo como o manuseio e manutenção corretos do dinheiro, ter consciência da importância de guardá-lo, gozar de uma caderneta de poupança, dispor do hábito de fazer orçamento, entender minimamente de investimento, dentre outras coisas. (CORDEIRO, COSTA E SILVA, 2018)

Mas enquanto isso não acontece, a conclusão que se pode afirmar, caso não haja uma mudança em curto período, é que a atual geração não consegue administrar a si mesma, e suas principais esperanças estão em uma grade escolar ainda inexistente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA B2. **Vivendo 80 semanas na vida do jovem brasileiro. 2016.** Disponível em < <https://exame.abril.com.br/marketing/10-fatos-sobre-o-comportamento-dosjovens-brasileiros/> >

Augustinis, V. F., Costa, A. d., & Barros, D. F. (2012). **Uma análise crítica do discurso de educação financeira: Por uma educação para além do capital.** Revista de Administração MADE, 16(3), 79-102.

BADER, M.; SAVOIA, J. R. F. **Logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira.** RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 53, n. 2, mar./abr. 2013

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais.** Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: < www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira >

BARROS, M. M. L. **Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social.** Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 16, n. 34, dez. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832010000200004&lng=en&nrm=iso>.

BRASIL. (2010). **Decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010: Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF. Brasília: Presidência da República.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>.

BRASIL. (2013). **Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira.** Estratégia Nacional da Educação Financeira. Brasília: Banco Central do Brasil.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Vida e dinheiro.** Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acesso em: 02 agosto 2023.

BRASIL. **PDET.** Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/component/content/article?id=1784>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

BRASIL. **Programa Educação Financeira nas Escolas 2022.** Disponível em: <<https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-jovens/programa-educacao-financeira-nas-escolas>>.

CABRAL BRAZ, M. **Comportamento Financeiro e o Endividamento de Jovens Cariocas.** Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47582/47582.PDF>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. DA. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PANORÂMICA.** Ensino da Matemática em Debate, v. 5, n. 1, p. 69–84, 23 jun. 2018.

CORSINI, I. C.; ARAÚJO, T. **Número de inadimplentes no Brasil atinge recorde da série histórica, aponta Serasa.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/numero-de-inadimplentes-no-brasil-atinge-recorde-da-serie-historica-aponta-serasa>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

D'AQUINO, C., & CERBASI, G. (2008). **Educação financeira: Como educar seu filho.** Rio de Janeiro: Elsevier.

FARIAS FILHO, M. C; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica.** 1ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GRANDO, Neiva Ignês; SCHNEIDER, Ido José. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA: o que pensam alunos e professores.** *Revista Educação em Questão: Natal*, v. 40, n. 26, p. 195-219, jan./jun. 2011.

HILL, N. (2009). **Quem pensa enriquece.** São Paulo: **Fundamento Educacional.**

JANONE, L.; ARAÚJO, T. **Inadimplência atinge recorde de 68 milhões de pessoas em agosto, diz Serasa.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/inadimplencia-atinge-recorde-de-68-milhoes-de-pessoas-em-agosto-diz-serasa/>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

JUNIOR, C. A. DA C.; CLARO, O. M. B. **Educação financeira: um instrumento de consciência econômica.** Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 4, n. 3, 2013.

LUSARDI, A., & MITCHELL, O. S. (2010). **Financial literacy among the young: Evidence and implications for consumer policy.** *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 358-380.

Macedo Jr., J. S. (2007). **A árvore do dinheiro: Guia para cultivar a sua independência financeira.** Rio de Janeiro: Elsevier.

MEU ACERTO. **Endividamento entre jovens: como reverter esse crítico cenário.** Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ifgwJ7vLj4sJ:https://exame.com/colunistas/meu-acerto/endividamento-entre-jovens-como-reverter-esse-critico-cenario/&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>.

OECD - **Financial education and consumer protection** (2005). Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/>>.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **The content validity index: Are you sure you know what's being reported? critique and recommendations.** *Research in Nursing & Health*, v. 29, n. 5, p. 489-497, 2006.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA S. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Scielo Brazil, Nov/dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2023.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flavia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil. 2007. Revistas de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121 - 1141, Nov - Dez 2007.**

SCOTT, P. **Gerações e famílias: Polissemia, mudanças históricas e mobilidade.** *Sociedade e Estado*, v. 25, p. 251-284, 1 ago. 2010.

SERASA. **MAPA DE INADIMPLÊNCIA E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS NO BRASIL DA SERASA.** Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil/>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

WILIIS, L. E. (2009). **Evidence and ideology in assessing the effectiveness of financial literacy**